5ª reunião ORDINÁRIA do dia 23/04/2025
ATA APROVADA

53ª) ATA DA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, realizada aos 23 dias do mês de abril de 2025. Presidida pelo Vereador André Luiz Vieira da Silva (André Luiz Vieira), 1º Vice-Presidente da Mesa Diretora, e secretariada pela 2ª Secretária, Vereadora Letícia Fonseca Paiva Delgado (Letícia Delgado), foi aberta a 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO 4º PERÍODO, às 17h55min, com o quórum regimental. Pela ordem, o Vereador João Wagner de Siqueira Antoniol pediu a leitura englobada dos requerimentos, sendo o pedido votado e aprovado. Em seguida, foram lidas as proposições, tendo sido aprovados, por unanimidade: os Requerimentos de nº 3.616/2025 a 3.684/2025; e as Moções de nº 83/2025 a 84/2025, todos disponibilizados no Sistema de Busca por Legislação Municipal, item "Legislação", no site da Câmara Municipal de Juiz de Fora, nos termos do § 3º do art. 161 do Regimento Interno. Por fim, foram lidos os Projetos de Lei de nº 166/2025 a 169/2025, que serão encaminhados para as comissões técnicas. Pela ordem, o Vereador João Wagner Antoniol informou que há quase um ano o Hospital 9 de Julho, hospital credenciado como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (Unacon), encerrou o atendimento pediátrico oncológico e, desde então, o Município está sem referência para o tratamento do câncer infantil, obrigando as famílias a se deslocarem para outras cidades, como Muriaé (Fundação Cristiano Varella) ou Belo Horizonte (Hospital das Clínicas), o que gera grande desgaste físico, emocional e financeiro. Destacou a urgência de uma atuação do Poder Público Municipal para credenciar um hospital, via Sistema Único de Saúde (SUS), que possa reabrir ou disponibilizar atendimento específico à oncologia pediátrica em Juiz de Fora. Ressaltou que o Município corre o risco de ter crianças sem acesso ao tratamento adequado por falta de recursos para se deslocar a outras localidades. Por fim, solicitou o registro formal do pedido de realização da audiência pública, em caráter de urgência, com a presença da Secretária de Saúde, dos representantes das Unacon, dos hospitais responsáveis e do Secretário de Governo, a fim de buscar soluções imediatas para o restabelecimento do tratamento oncológico infantil na cidade. Pela ordem, a Vereadora Cida Oliveira informou que, no dia anterior, a Vereadora Roberta Lopes protocolou um requerimento solicitando sua retirada da titularidade da Comissão da Mulher. Diante disso, solicitou ao Presidente que, com a concordância dos pares, passe da condição de suplente para a de titular da referida comissão, em substituição à Vereadora Roberta Lopes. O Presidente em exercício, Vereador André Luiz Vieira, comunicou que, com a saída da Vereadora Roberta Lopes da titularidade da Comissão da Mulher, a Vereadora Cida Oliveira, até então suplente, manifestou interesse em assumir a vaga. Informou que, com a concordância dos pares, a Vereadora passa a integrar a comissão como membro titular. Pela ordem, o Vereador Juraci Scheffer manifestou discordância quanto à ascensão automática da Vereadora suplente à titularidade da Comissão da Mulher, argumentando que, conforme o Regimento Interno, essa substituição deve ocorrer apenas mediante votação em Plenário. Reforçou que a simples substituição automática comprometeria o processo de eleição realizado no início do ano e que o suplente só deve atuar em casos de ausência temporária, não em vacância definitiva. Pela ordem, a Vereadora Letícia Delgado questionou se, com a efetivação da suplente como titular, a comissão ficaria sem suplente, e como se procederia caso fosse necessário um parecer, especialmente se o projeto de lei fosse de autoria do Presidente da comissão. O Presidente em exercício esclareceu que, nesses casos, poderá ser nomeado um membro ad hoc, sendo aprovado. Pela ordem, o Vereador Pardal solicitou a inclusão do Projeto de Lei nº 128/2025 na ordem do dia da próxima reunião, tendo sido o pedido aprovado. Pela ordem, a Vereadora Kátia Franco pediu para retirar provisoriamente o Projeto nº 116/2025, sendo o pedido votado e aprovado. Pela ordem, a Vereadora Cida Oliveira agradeceu aos pares pela recondução à titularidade da Comissão da Mulher. Pela ordem, a Vereadora Roberta Lopes informou, a título de esclarecimento, que o Hospital e a Maternidade Therezinha de Jesus (HMTJ) já manifestaram interesse em obter a habilitação para atendimento em oncologia infantil. Segundo ela, toda a documentação necessária já foi encaminhada e o processo aguarda apenas posicionamento do Estado. Ressaltou a importância de incluir esse ponto na pauta para fortalecer a iniciativa e viabilizar a habilitação no Município. Pela ordem, o

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL

A validade das assinaturas poderão ser verificadas no endereço www.camarajf.mg.gov.br/sal/verificador, código verificador: A5288

5ª reunião ORDINÁRIA do dia 23/04/2025
ATA APROVADA

Vereador João Wagner Antoniol esclareceu que o Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus (HMTJ) manifestou interesse em se credenciar como Unacon e que o Município está trabalhando com o Ministério da Saúde para viabilizar esse credenciamento. No entanto, mencionou que o processo tem se arrastado devido à falta de cobrança, destacando que já se passou quase um ano sem atendimento de oncologia infantil em Juiz de Fora. Reforçou a necessidade de uma audiência pública para acelerar o processo e citou a existência de um hospital universitário na cidade, com pediatras especializados em oncologia, que poderia contribuir para a solução. Destacou a situação difícil enfrentada pelas famílias que, sem opções locais, são obrigadas a buscar atendimento em Belo Horizonte e em Muriaé, onde muitas vezes não têm condições de arcar com hospedagem e outros custos. Solicitou um posicionamento urgente do Município sobre o tema. Pela ordem, a Vereadora Roberta Lopes se colocou à disposição para contribuir com a pauta da oncologia infantil, destacando que essa é uma causa de defesa da criança e uma das bandeiras de seu mandato. O Presidente destacou a gravidade da situação, reconhecendo as dificuldades do Município em relação à oncologia infantil. Enfatizou que, quando surge um caso de criança em estado crítico ou terminal, a situação se torna ainda mais desafiadora, com a necessidade urgente de transferências para Belo Horizonte ou outros municípios. Ressaltou que essa é uma verdadeira luta para as famílias e que o problema precisa ser resolvido com urgência. Parabenizou o Vereador João Wagner Antoniol pela iniciativa e garantiu que pode contar com seu apoio. Pela ordem, o Vereador Tiago Bonecão reforçou sua fala sobre o Bairro Jardim Esperança, mencionando que, após conversar com a Secretária de Governo Cidinha Louzada, ficou acordado que a Defesa Civil estará no local no dia seguinte, às 9 horas, para verificar a situação do córrego da região. Convidou os Vereadores a estarem presentes para discutir as soluções para o problema, que pode causar sérios danos caso a água se espalhe e atinja a ponte, afetando as pessoas da área. Destacou a urgência do tema, lembrando que, durante o período de chuvas, a região já sofre com alagamentos. O Vereador também parabenizou o Deputado Estadual Noraldino Júnior, que foi destacado nas redes sociais como o Deputado Estadual que mais destinou recursos para Juiz de Fora neste ano, com um total superior a 8 milhões de reais. Ressaltou que um Deputado bom é aquele que investe em sua cidade, e agradeceu pelos recursos destinados à Saúde, Educação e projetos sociais, parabenizando também a equipe do Deputado pelo trabalho. Pela ordem, o Vereador João Wagner Antoniol reforçou a preocupação com os problemas de alagamento na região Sudeste, especialmente em áreas como o Bairro Santo Antônio e onde o Vereador Fiote reside, apontando que a aprovação de loteamentos em pontos de alagamento e com impermeabilização do solo agrava a situação. Questionou a falta de conhecimento da Prefeitura sobre a realidade pluvial da cidade. O Vereador também parabenizou o Deputado Estadual Noraldino Júnior pelos recursos destinados à cidade, incluindo valores para tratamento de câncer na Associação Feminina de Prevenção e Combate ao Câncer de Juiz de Fora (Ascomcer), e defendeu a importância de valorizar Deputados locais que investem em Juiz de Fora. Criticou a prática de votar em Deputados de fora, que não destinam recursos ao Município, e destacou a relevância de valorizar os representantes locais. Finalizou dizendo que é necessário repensar o apoio a Deputados de fora nas próximas eleições, destacando a importância de valorizar os representantes locais para garantir recursos para a cidade. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal lembrou que, anteriormente, a Prefeita Margarida Salomão e a Secretária de Governo Cidinha Louzada estavam cientes dos problemas de alagamento no Bairro Jardim Esperança. Contou que, naquela época, a Prefeitura realizou obras para aumentar a capacidade de drenagem da água, o que ajudou a reduzir parcialmente as inundações. No entanto, o Vereador disse que o novo loteamento na área trouxe novas preocupações e mencionou que o Engenheiro responsável pela obra está em diálogo com a Prefeitura sobre o impacto do projeto. O Vereador expressou a necessidade de que a Prefeita Margarida Salomão acompanhe a situação, pois o que foi corrigido pode ser comprometido pelo novo empreendimento. Enfatizou que a Prefeitura deve assumir sua responsabilidade e garantir uma solução para o problema. Finalizou solicitando informações sobre o andamento da situação, já que

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL

A validade das assinaturas poderão ser verificadas no endereço www.camarajf.mg.gov.br/sal/verificador, código verificador: A5288

tanto ele quanto outros Vereadores e moradores estão acompanhando o caso.
Pela ordem, o Vereador Fiote destacou a importância da reunião marcada para amanhã no Jardim Esperança com o Vereador Tiago Bonecão para cobrar da Prefeitura melhorias na área, especialmente devido ao risco de alagamento que afeta os moradores, causando grandes prejuízos durante o período de chuva. O Vereador enfatizou que a comunidade local está sem obras significativas há muitos anos e que a situação é urgente. Pela ordem, o Vereador Tiago Bonecão complementou a fala, lembrando que ele e os Vereadores Pardal e João Joaninho, da Comissão de Urbanismo, Transporte, Trânsito e Acessibilidade estarão presentes amanhã, às 9h, em reunião com a Defesa Civil. Informou que, caso a situação não seja resolvida até terça-feira, a Secretária Cidinha Louzada e o Secretário da Defesa Civil foram convocados para uma reunião na Câmara. Disse que a reunião com os moradores será realizada na terça-feira, se necessário, e comprometeu-se a informar todos os Vereadores na segunda-feira sobre os desdobramentos. Pela ordem, a Vereadora Roberta Lopes relatou que mora no Bairro Jardim Esperança e testemunha anualmente os problemas de alagamento na região, que considera graves e perigosos. Reforçou seu apoio à iniciativa do Vereador Tiago Bonecão e afirmou que estará presente amanhã na reunião com a Defesa Civil e também na reunião de terça-feira. Além disso, informou que está convocando um ofício para o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado (Crea) e o Ministério Público, a fim de fiscalizar as obras e proteger o direito coletivo de habitação. Em relação às emendas parlamentares, a Vereadora se posicionou contra críticas feitas a Deputados de fora, defendendo que tanto o Deputado Estadual Bruno Engler quanto o Deputado Federal Nikolas Ferreira já destinaram emendas significativas para a cidade. A Vereadora lembrou que, no ano passado, o Deputado Bruno Engler encaminhou mais de 6 milhões de reais e Nikolas Ferreira, em seu primeiro mandato, destinou meio milhão para Juiz de Fora. Destacou que, apesar de não serem da cidade, esses Deputados têm compromisso com a cidade e realizaram um trabalho significativo para sua eleição. Finalizou reforçando seu trabalho pelo Partido Liberal (PL) e representando a Direita, mas ressaltou que seus Deputados têm um olhar atento para Juiz de Fora. Pela ordem, Vereador André Mariano reforçou a fala do Vereador Tiago Bonecão sobre os empreendimentos que, embora não sejam contra os loteadores, frequentemente causam prejuízos para a comunidade. Citou o caso do loteamento no Bairro Santa Luzia, próximo à Faculdade Machado Sobrinho, que tem gerado prejuízos para os moradores do bairro devido ao volume de água e barro durante a chuva. Em relação às emendas parlamentares, o Vereador destacou que os Deputados da Igreja do Evangelho Quadrangular, Pastor Leandro Genaro e Pastor Stefano Aguiar, do Partido Social Democrático (PSD), embora sejam de Belo Horizonte, têm investido bastante em Juiz de Fora, apesar de não serem da cidade. Afirmou que Juiz de Fora é uma cidade com grande representatividade política, com quatro Deputados Federais e três Deputados Estaduais, e que a cidade precisa não apenas de recursos, mas de um trabalho voltado para o desenvolvimento e crescimento. Finalizou sua fala destacando o investimento desses Deputados na Saúde e em outros setores, como no Corpo de Bombeiros, e falou que o Pastor Stefano Aguiar foi o único Deputado Federal a receber o Título de Mérito Colaborador do Corpo de Bombeiros devido ao seu apoio constante. Pela ordem, a Vereadora Laiz Perrut abordou o tema do Dia Municipal das Religiões dos Povos Tradicionais de Matriz Africana, comemorado em 23 de abril. Destacou que essa lei, aprovada em 2019, tem como objetivo rememorar essas tradições e promover o respeito e convivência harmoniosa entre as religiões, reconhecendo a diversidade religiosa. A Vereadora ressaltou a importância de lutar pela liberdade religiosa e falou sobre as atividades da Comissão de Promoção da Igualdade Racial, realizadas na Câmara, com foco na luta contra o preconceito que ainda envolve as religiões de matriz africana. A Vereadora informou que, para celebrar a data, será realizada uma festividade chamada Chirê, que acontecerá no calçadão da Rua Halfeld, em frente ao Banco do Brasil, e pediu licença para se ausentar e prestigiar o evento. Pela ordem, a Vereadora Letícia Delgado fez um apelo à Secretaria de Mobilidade Urbana, destacando que a mudança de itinerário de ônibus é um processo complexo, mas que há uma solicitação de mais de 300 moradores

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL

A validade das assinaturas poderão ser verificadas no endereço www.camarajf.mg.gov.br/sal/verificador, código verificador: A5288

do Bairro Previdenciários pedindo ajustes na linha 129. A Vereadora mencionou que já entrou em contato com o Secretário Richard, que ficou de analisar a viabilidade dessa mudança. Reforçou que está atenta à demanda da comunidade e que confia que, se for viável, a Prefeitura atenderá à solicitação. Além disso, a Vereadora relatou uma reunião que teve com o Vereador Tiago Bonecão no sistema socioeducativo, onde foram muito bem recebidos pela equipe. Contou que, durante a visita, foi apresentado o projeto Vozes da Resistência, que visa criar um coral com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. A Vereadora compartilhou uma frase que ouviu: "O cumprimento de medida socioeducativa não deve ser um estágio probatório para o sistema prisional". Ressaltou a importância de oportunidades de reintegração social para esses jovens. Por fim, a Vereadora fez referência ao trabalho da Deputada Federal Ana Pimentel, destacando a importância de suas ações em Juiz de Fora e região. Pela ordem, o Vereador Pardal iniciou sua fala justificando a ausência do Vereador Negro Bússola, que se encontra em um compromisso de interesse da cidade. Em seguida, reforçou a importância da audiência pública proposta por outros Vereadores, como João Wagner Antoniol e Roberta Lopes, sobre o atendimento de crianças com doenças graves, especialmente em relação ao Hospital Maternidade Terezinha de Jesus (HMTJ). Mencionou que, apesar das dificuldades enfrentadas pelo Hospital 9 de Julho, o HMTJ tem capacidade para atender essas crianças e, por isso, solicitou que a Secretaria de Saúde tome as providências necessárias para garantir que a Maternidade esteja preparada para o atendimento imediato das crianças que necessitam de cuidados urgentes. Ressaltou a necessidade de celeridade na ação para não permitir que o problema se agrave, agradecendo também aos responsáveis pela Maternidade, que atende pelo SUS. O Presidente em exercício Vereador André Luiz Vieira informou as ausências dos Vereadores Zé Márcio Garotinho e Julinho Rossignoli por motivos de trabalhos externos. Pela ordem, o Vereador Marlon Siqueira destacou a importância de fortalecer a representatividade política da Zona da Mata, especialmente de Juiz de Fora, com candidatos locais para garantir mais investimentos e benefícios. Comparou Juiz de Fora com o Triângulo Mineiro, onde o apoio a candidatos da região gera maior força política. Citou exemplos de perdas de projetos para outras regiões como a Delegacia Rural, que foi para Araxá, e a Empresa Heineken, que se instalou em Passos. Propôs que a população da Zona da Mata se una em torno de candidatos locais para melhorar a competitividade econômica da região, atualmente em desvantagem em relação ao Vale do Jequitinhonha. Pela ordem, o Vereador Pardal falou que reconhece a importância dos recursos enviados por Deputados, tanto da cidade quanto de fora, para o desenvolvimento de Juiz de Fora, mas destaca a falta de uma instituição ambiental como a Superintendência Regional de Meio Ambiente (Supram) na cidade, o que obriga empreendedores a recorrerem a cidades vizinhas como Ubá. Ele também ressalta que o envio de emendas é uma obrigação dos Deputados, pois se trata de recursos provenientes dos impostos da população. Pela ordem, o Vereador Dr. Antônio Aguiar pediu autorização ao Plenário para se ausentar da sessão, pois tinha uma missa de sétimo dia do Servidor Leonardo, falecido na semana anterior. A solicitação foi aprovada pelos Vereadores e o Presidente enviou condolências à família. Pela ordem, a Vereadora Kátia Franco expressou apoio aos Deputados Estaduais e Federais que a ajudam, destacando o Coronel Henrique, Deputado Estadual, e o Senhor Fred Costa, Deputado Federal, que tem contribuído com a informatização das Unidades Básicas de Saúde de Juiz de Fora. A Vereadora ressaltou a importância de apoiar aqueles que ajudam a cidade, independentemente de serem de fora ou da região. Pela ordem, o Vereador Juraci Scheffer falou da diminuição da representatividade e do poder econômico da Zona da Mata, que passou de 40% para apenas 6% do orçamento de Minas Gerais. Criticou a falta de investimentos, especialmente na infraestrutura, como a péssima situação da BR-267. O Vereador também falou da importância de não apenas avaliar os Deputados pelo valor das emendas enviadas, mas também por suas atitudes políticas e como votam no Congresso, mencionando a falta de apoio do Governador Zema à Zona da Mata. Pela ordem, o Vereador João Wagner Antoniol falou da importância de fortalecer a representação política local, sugerindo que se Juiz de Fora tivesse mais Deputados

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL
A validade das assinaturas poderão ser verificadas no endereço www.camarajf.mg.gov.br/sal/verificador, código verificador: A5288

locais, a cidade teria mais recursos e não precisaria recorrer a empréstimos para infraestrutura. Ele também reforçou a crítica a deputados que só aparecem em períodos eleitorais e não contribuem para a cidade. O Presidente em exercício também lembrou da necessidade de correr atrás de emendas, especialmente no ano eleitoral, e da importância de buscar apoio dos parlamentares que realmente representam Juiz de Fora. Também ressaltou os investimentos feitos pelo Deputado Estadual Charles Santos, como reformas em mais de 10 escolas e apoio aos Conselhos Tutelares, buscando desmentir críticas sobre a falta de apoio de Deputados locais. Também pediu permissão para falar em defesa dos seus Deputados, já que muitos outros Deputados foram citados, e ressaltou o trabalho de Deputado Estadual Charles Santos e do Deputado Federal Gilberto Abramo em Juiz de Fora. Às 18h47min, passou-se à ORDEM DO DIA. Em votação, a Moção nº 75/2025, de autoria das Vereadoras Laiz Perrut e Cida Oliveira, referente à Moção de Apoio ao Deputado Federal Glauber Braga. A moção foi rejeitada com 5 votos favoráveis e 11 contrários. O Presidente em exercício informou que a Vereadora Laiz Perrut recebeu autorização para se retirar da sessão, pois participará de um evento na praça relacionado ao Dia Municipal das Religiões dos Povos Tradicionais de Matriz Africana, instituído pela Lei nº 13.918, de 6 de agosto de 2019. Esclareceu que a lei foi de autoria do Vereador Wanderson Castelar. Em 2ª discussão, o Projeto de Lei nº 76/2025, de autoria da Vereadora Letícia Delgado, que dispõe sobre denominação de logradouro público (Alameda Marley Júlio Santos Neto), referente ao Processo nº 10.612-00/2025. O projeto foi aprovado por unanimidade dos Vereadores presentes no momento da votação. Pela ordem, Vereadora Letícia Delgado agradeceu a aprovação do projeto de lei que visa eternizar a memória de Marley, um jovem mestre da Folia de Reis, que faleceu tragicamente em um acidente de trabalho. Explicou que a proposta surgiu a partir de demandas da comunidade do Carrapatinho, no Ipiranga, e que visa revitalizar um escadão que dá acesso à rua onde Marley morava, como forma de homenageá-lo e de preservar a cultura popular que ele promovia. Pela ordem, o Vereador João Wagner Antoniol parabenizou a Vereadora Letícia Delgado pelo reconhecimento de Marley Júlio dos Santos, líder da Folia de Reis do Carrapatinho, e pela iniciativa de eternizar sua memória. Lembrou que o seu gabinete sempre apoiou a Folia de Reis com emendas e ressaltou a importância de preservar essa cultura popular, que corre o risco de desaparecer. Destacou que Marley era muito querido na região e lamentou sua morte trágica em um acidente de trabalho. Reforçou a importância de manter o legado de Marley e a tradição da Folia de Reis. Pela ordem, a Vereadora Kátia Franco fez um pedido aos Vereadores que apoiam a Folia de Reis para que orientassem os participantes da Folia sobre o uso de fogos de artifício, que são proibidos na cidade. Destacou os impactos negativos do uso de fogos, como o sofrimento de animais, idosos e pessoas com autismo, que têm sensibilidade auditiva. Enfatizou a importância do respeito mútuo e pediu que a mensagem fosse repassada para que a tradição fosse celebrada de forma consciente e sem desrespeito. Pela ordem, o Vereador João Wagner Antoniol respondeu ao pedido da Vereadora Kátia Franco sobre os fogos de artifício nas Folias de Reis. Ele explicou que todas as Folias de Juiz de Fora são orientadas sobre o uso de fogos, conforme a legislação, e que ele pessoalmente visita todas as 13 Folias ativas na cidade. O Vereador ressaltou que as Folias oficiais, registradas na associação, respeitam as leis, mas algumas não oficiais, que não fazem parte da associação e não têm liderança, podem não seguir as orientações, como ocorreu em um evento no Parque Halfed, onde Folias de fora da cidade soltaram fogos. Em 2ª discussão, o Projeto de Lei nº 166/2024, de autoria do Vereador Marlon Siqueira, que altera a Lei Municipal nº 11.987, de 5 de março de 2010, que "Dispõe sobre a Unificação da Legislação e da nova Regulamentação às Feiras Artesanais, Itinerantes, de Negócios e Culturais no Município de Juiz de Fora, determina as áreas destinadas às suas realizações, a necessidade de cadastro, as autorizações necessárias e a tributação atinente a cada uma das atividades listadas", referente ao Processo nº 10.453-00/2024. Com a palavra, o Vereador Marlon Siqueira explicou a proposta de um substitutivo a um projeto de lei já aprovado em primeira discussão, que visa isentar eventos culturais e gastronômicos da cobrança de taxas pela utilização de espaços públicos em Juiz de Fora. Ele

destacou que, enquanto o Poder Público oferece recursos por meio de editais para eventos, também cobra taxas para o uso dos espaços públicos. Falou que o objetivo do projeto é permitir a realização desses eventos de forma livre de custos, promovendo o uso saudável das praças e espaços públicos, contribuindo para a melhoria da cidade e evitando que a cobrança de taxas contrarie essa proposta. O projeto foi aprovado por unanimidade dos Vereadores presentes no momento da votação. Em 2ª discussão, o Projeto de Lei Complementar nº 26/2024, de autoria do Vereador Marlon Siqueira, que altera a Lei Municipal nº 6.910, de 31 de maio de 1986, e suas alterações, referente ao Processo nº 10406-00/2024. O projeto foi aprovado por unanimidade dos Vereadores presentes no momento da votação. Em 1ª discussão, o Projeto de Lei 13/2025, de autoria do Vereador Julinho Rossignoli, que autoriza a Política Municipal de Saúde Mais Vida, que dispõe sobre a distribuição de medicamentos a base de Canabidiol (CBD) e Tetrahidrocanabinol (THC), no âmbito de Juiz de Fora/MG, e dá outras providências, referente ao processo 10522-00/2025. Em votação, foi aprovado o pedido de vista do Vereador Sargento Mello Casal. Em 1 ª discussão, o Projeto de Lei nº 28/2025, que autoriza o Poder Público a conceder vale-transporte em pecúnia aos Servidores Estatutários, Empregados Públicos e detentores de cargos comissionados da Administração Direta e Indireta do Município de Juiz de Fora, de autoria dos Vereadores Sargento Mello Casal e André Mariano, referente ao processo n 10.544-00/2025. Pela Ordem, o Vereador Sargento Mello Casal solicitou à Vereadora Kátia Franco que solicitasse pedido de vista para uma questão sobre funcionários que possuem cartões de passagem com valores altos, mas não têm condições de utilizá-los. Ele considerou a situação injusta e mencionou que tentaria marcar uma reunião com o Secretário de Governo para discutir o assunto e buscar uma solução. Sugeriu que, a partir de agora, esses valores possam ser convertidos em recursos acessíveis aos funcionários, enquanto as questões passadas não poderiam ser recuperadas. Ele disse que quer trazer mais informações após o diálogo com o Governo e sugeriu que a decisão fosse tomada posteriormente na plenária. Em votação, foi aprovado o pedido de vista da Vereadora Kátia Franco. Em 1ª discussão, o Projeto de Resolução nº 5/2025, de autoria da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, que aprova as Contas da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora referente ao exercício financeiro de 2015, referente ao Processo nº 10.721/2025. Pela ordem, o Vereador Juraci Scheffer informou que a Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira analisou o projeto de resolução sobre as contas do ex-Prefeito Bruno Siqueira. Mencionou que o Tribunal de Contas do Estado deu parecer favorável e a Comissão também fez uma análise responsável, resultando em parecer favorável à aprovação das contas. Pediu aos Vereadores que votassem favoravelmente à aprovação das contas do ex-Prefeito. Em votação, o Projeto de Resolução nº 5/2025 foi aprovado por unanimidade dos 16 vereadores presentes na hora da votação, estando os Vereadores Dr. Antônio Aguiar, Dr. Marcelo Condé, Julinho Rossignoli, Laiz Perrut, Negro Bússola e Zé Márcio Garotinho ausentes neste momento e ficando registrado que o Presidente em exercício Vereador André Luiz Vieira, embora presente, não vota, totalizando, dessa forma, 23 Vereadores componentes da Casa. Logo, votaram a favor do Projeto de Resolução nº 5/2025 os Vereadores André Mariano, Cida Oliveira, Cido Reis, Sargento Mello Casal, Fiote, João do Joaninho, João Wagner Antoniol, Juraci Scheffer, Kátia Franco, Letícia Delgado, Pardal, Marlon Siqueira, Maurício Delgado, Roberta Lopes, Tiago Bonecão e Vitinho. Em 1ª discussão, o Projeto de Lei Complementar nº 3/2025, de autoria do Vereador Marlon Siqueira, que altera a Lei Complementar nº 168, de 25 de julho de 2022, e dá outras providências, referente ao Processo nº 10.595-00/2025. O projeto foi aprovado por unanimidade dos Vereadores presentes no momento da votação. Em 1ª discussão, o Projeto de Lei Complementar nº 5/2025, de autoria do Vereador Juraci Scheffer, que altera a Lei nº 6.910, de 31 de maio de 1986, e a Lei Complementar nº 6, de 27 de novembro de 2013, referente ao Processo nº 10600-00/2025. O projeto foi aprovado por unanimidade dos Vereadores presentes no momento da votação. Em 1ª discussão, o Projeto de Lei Complementar nº 6/2025, de autoria do Vereador Juraci Scheffer, que altera a Lei nº 6.910, de 31 de maio de 1986, e a Lei Complementar nº 6, de 27 de novembro de 2013, referente ao Processo nº

10.601-00/2025. O projeto foi aprovado por unanimidade dos Vereadores presentes no momento da votação. Em seguida, passou-se a palavra para o primeiro inscrito. Com a palavra, o Vereador Fiote compartilhou um vídeo de moradores do Bairro Vila Montanhesa, que relatam a falta de iluminação pública após a retirada das lâmpadas por parte da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). Ele destacou o perigo que essa situação causa, especialmente durante a noite, quando a rua fica escura. O Vereador também mencionou que já havia solicitado, através de um requerimento em março, a poda das árvores que estavam interferindo na rede elétrica, mas a situação ainda não foi resolvida. Ele enfatizou a importância de dar visibilidade à causa, especialmente após a chuva de abril, quando os moradores ficaram sem energia elétrica por quatro dias, o que gerou prejuízos, como o desperdício de alimentos congelados. O Vereador pediu a colaboração dos órgãos competentes para resolver a situação e pediu ajuda para os moradores da Vila Montanhesa e de outros bairros que também enfrentam problemas semelhantes. Pela ordem, o Vereador Dr. Marcelo Condé expressou preocupação com as condições precárias de infraestrutura em algumas áreas, mencionando que algumas ruas ainda não possuem rede de esgoto. Ele ressaltou o impacto das chuvas intensas e os problemas que isso gera, como a interrupção prolongada de energia elétrica, que pode durar dias, afetando negativamente os moradores. Ele sugeriu a realização de uma audiência pública, em parceria com a Cemig e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), para discutir soluções, especialmente considerando a grande quantidade de raios na região. Pela ordem, a Vereadora Letícia Delgado parabenizou o Vereador Fiote por trazer à tona a questão da prestação de serviços pela Cemig, destacando a dificuldade enfrentada pela população quando há falta de energia elétrica por longos períodos. Ela mencionou que a falta de comunicação por parte da Cemig é um fator agravante, pois os cidadãos ficam sem saber o que está acontecendo ou quando o serviço será restabelecido. A Vereadora sugeriu o agendamento de uma audiência pública com representantes da Cemig e do Governo Estadual para buscar soluções mais eficazes para o problema de fornecimento de energia e a falta de comunicação com os moradores. Pela ordem, a Vereadora Cida Oliveira fez uma crítica contundente à situação dos serviços prestados pela Cemig, especialmente em áreas rurais e regiões como Cachoeirinha. Ela atribuiu o sucateamento dos serviços à intenção do Governo Estadual de privatizar a empresa, destacando que esse processo de deterioração dos serviços públicos é proposital. A Vereadora também mencionou a greve dos aposentados da Cemig, que protestam contra o aumento dos custos de seus planos de saúde, uma situação que ela considera absurda, dado o histórico de trabalho que esses ex-funcionários tiveram na empresa. Ela disse que, embora as contas de energia elétrica sejam caras e não proporcionem um serviço adequado, o Governo de Minas busca privatizar a Cemig e a população, diante das dificuldades, pode acabar vendo a privatização como uma solução. Ela concluiu destacando a importância de se discutir esses temas na Câmara para encontrar soluções mais justas e eficazes. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal criticou o aumento das contas de energia elétrica, associando isso ao que ele considera ser uma estratégia do Governo Federal para fins de assistencialismo político. Ele ressaltou que, no caso da Cemig, houve um grande impacto, com 70.000 residências ficando sem atendimento, o que gerou muitas reclamações, principalmente em áreas com grande vegetação que causam problemas nas redes elétricas. Além disso, sugeriu que a Câmara tomasse a dianteira de uma nova conversa com a Cemig para resolver a questão da manutenção das redes. Abordou também a falta de acesso à internet em algumas áreas da cidade, mencionando a importância de se buscar soluções para esses problemas, não apenas criticar a situação. O Vereador destacou que já houve conquistas em áreas como Humaitá, através de ações das comissões da Câmara, e que é momento de buscar alternativas para melhorar a infraestrutura de eletricidade e internet no Município. Passou-se a palavra para o segundo inscrito. Com a palavra, o Vereador Pardal iniciou sua fala parabenizando o trabalho do Vereador Fiote e reforçando a importância de a Cemig prestar a devida atenção à iluminação pública, especialmente à noite, quando é mais necessário. Ele mencionou a limitação de ações do Município em relação à

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL

A validade das assinaturas poderão ser verificadas no endereço www.camarajf.mg.gov.br/sal/verificador, código verificador: A5288

5ª reunião ORDINÁRIA do dia 23/04/2025
ATA APROVADA

iluminação, pois a Cemig é responsável por essa parte da infraestrutura, mas também destacou os esforços da Prefeitura em algumas áreas. O Vereador criticou o sucateamento da Cemig e sugeriu que a cidade precisa de mais iluminação pública para proporcionar mais segurança à população. Fez um apelo por melhorias na sinalização viária, citando especificamente áreas do Bairro Santa Luzia e da Rua Ibitiguaia, onde a falta de faixas de pedestres e sinalização inadequada colocam em risco a segurança dos moradores e estudantes. Ele também solicitou mais atenção para a segurança viária nas escolas, destacando a necessidade de ações rápidas da Prefeitura para resolver essas questões. O Presidente mencionou que, ao visitar o Bairro Santa Luzia pela manhã, recebeu reclamações sobre a falta de sinalização em várias ruas da região, apesar de algumas estarem bem sinalizadas. Ele apoiou o pedido de melhorias na sinalização, destacando a importância de garantir segurança para motoristas e pedestres. Pela ordem, a Vereadora Roberta Lopes iniciou sua fala registrando uma denúncia sobre um esquema de fraude no INSS, envolvendo a contribuição sindical. Ela destacou que a Polícia Federal investigou a fraude, que afetou 6 milhões de beneficiários e desviou bilhões. Ela mencionou que vários sindicatos estavam envolvidos e citou o afastamento de dirigentes, incluindo o Presidente do INSS, indicado pelo Presidente Lula. A Vereadora também criticou a tentativa de minimizar o escândalo por parte da imprensa e de políticos e fez uma referência ao Partido dos Trabalhadores como responsável pela corrupção. Pela ordem, o Vereador Fiote agradeceu o apoio do Vereador Pardal e parabenizou o trabalho do Senhor Ferrarezi Campos, Diretor da Empav, no Bairro Vila Montanhesa, mencionando um problema de iluminação pública na região, onde até um braço de poste foi retirado, deixando a área ainda mais escura. Encerrada a Ordem do Dia às 19h34min e nada mais havendo, o 1º Vice-Presidente Vereador André Luiz Vieira encerrou a presente reunião, tendo comparecido os Vereadores: André Luiz Gomes Mariano (André Mariano), André Luiz Vieira da Silva (André Luiz Vieira), Antônio Santos de Aguiar (Dr. Antônio Aguiar), Aparecida de Oliveira Pinto (Cida Oliveira), Aparecido Reis Miguel de Oliveira (Cido Reis), Carlos Alberto de Mello (Sargento Mello Casal), Carlos José de Souza (Fiote), João Evangelista de Almeida (João do Joaninho), João Wagner de Siqueira Antoniol (João Wagner Antoniol). Juraci Scheffer, Kátia Aparecida Franco (Kátia Franco), Laiz Perrut Marendino (Laiz Perrut), Letícia Fonseca Paiva Delgado (Letícia Delgado), Luiz Otávio Fernandes Coelho (Pardal), Marcelo Vitor Mendes Condé (Dr. Marcelo Condé), Marlon Siqueira Rodrigues Martins (Marlon Siqueira), Maurício Henrique Pinto de Oliveira Delgado (Maurício Delgado), Roberta Lopes Alves (Roberta Lopes), Tiago Rocha dos Santos (Tiago Bonecão) e Victor Paulo de Oliveira (Vitinho).Para constar, Amanda Krass Vaz de Melo, Superintendente de Registros e Normatização Legislativa, lavrou a presente ata, que vai devidamente assinada nos termos regimentais, após aprovada em Plenário no dia 30 de abril de 2025.

José Márcio Lopes Guedes
Presidente da Câmara Municipal

João Wagner de Siqueira Antoniol
1º Secretário

JOSE MARCIO LOPES GUEDES:41095243691

Assinado de forma digital por JOSE MARCIO LOPES GUEDES:41095243691
Dados: 2025.04.30 15:37:14 -03'00'

Assinado Digitalmente

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL
A validade das assinaturas poderão ser verificadas no endereço www.camarajf.mg.gov.br/sal/verificador, código verificador: A5288

Rua Halfeld, 955 - Fone: (32) 3313-4700
36016-000 - Juiz de Fora - Minas Gerais - Brasil
Home Page: www.camarajf.mg.gov.br *e-mail: camara@camarajf.mg.gov.br*